

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 18

*Francisco*  
*Fernando*  
*da Encarnação*

Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em segunda reunião da sessão ordinária de Dezembro, sob a presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos, e com a presença dos Vogais Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Vicente Ferreira, Carlos Júlio Lourenço Paciência, António Ferreira da Silva, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Tavares Duarte, Manuel Arede de Jesus, Porfirio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes e Amândio Ferreira Canha Júnior.

Pelas 16.30 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Albertino Moreira de Oliveira, José Carlos da Silva Neves, António Rocha Dias de Andrade, Gilberto Parca Madail, Fernando dos Santos Manata, António José Valente, Manuel Simões Madail, Fernando Tavares Marques, António Norberto da Silva Correia e Libério da Silva Santos.

De imediato, o Presidente submeteu à consideração do Plenário o haver ou não período de antes da ordem do dia, tendo sido por consenso determinada a sua não existência.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1987 - Continuação.

*Thuy* 2.  
*Thuy*

OBJECTIVO 03 - ACCÃO SOCIAL

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por tecer algumas considerações inerentes aos programas inseridos no Objectivo em debate no qual a Câmara, como referiu, tem uma intervenção relativamente pequena e que incide mais especificamente no apoio financeiro às Instituições de Solidariedade Social. Contudo, na área do equipamento social, já a acção e a responsabilidade da Câmara é mais vincada e mais directa, apontando como referências o apoio à construção de edifícios sociais nas zonas do concelho mais distantes da sede e zona urbana do concelho, prática que se introduziu e que deve ser mantida, bem como se destacam os projectos de apoio à construção de sedes de juntas de Freguesia paralelamente com o apoio prestado pelo Ministério da Administração Interna e a construção das instalações do ISCAA.

De imediato, tomou a palavra o vogal António Ferreira da Silva para registar com agrado o facto de constituir preocupação da Câmara a situação da sede da Junta de Freguesia de S. Bernardo dado que, se é impróprio para qualquer uso o edifício muito mais o será para sede de Junta. Registou, de igual modo com agrado, as preocupações evidenciadas pela Câmara quanto ao lugar de Vilar que tem sido bastante abandonado nos últimos anos.

Referindo outro aspecto, considera que existe uma lacuna no plano, pois entende que Santiago deveria merecer por parte da Câmara algumas iniciativas de ordem social dados os enormes problemas ali existentes, tendo o Presidente da Câmara declarado que, face aos problemas graves naquela área existentes, estão programadas algumas acções na área cultural, desportiva e paisagística, no campo do ensino através da construção da escola primária. Contudo, no que respeita ao pré-primário e à acção social, em que a Câmara não pode actuar isoladamente, deu nota de que estão em curso iniciativas para a ocupação de algumas lojas existentes nos edifícios daquela zona como ocupação dos tempos livres.

Também no uso da palavra, o vogal Armando Vieira alertou o Executivo para a necessidade da aquisição do terreno destinado ao Centro Cívico do lugar das Quintãs por considerar que, para além da oportunidade, a aquisição daquele terreno é vital para o lugar

Tomando de seguida a palavra, o vogal Carlos Paciência salientou que, efectivamente, o objectivo em análise e na parte que respeita a novas obras parece muito pobre, porque relativamente ao plano do ano transacto apenas surge uma nova obra, concretamente o Centro Social de Esgueira, cuja realização ainda não está garantida para o ano em curso, para além de que diversos projectos transitam do plano do ano findo exactamente com a

mesma terminologia, podendo portanto significar que neste capítulo nada foi feito durante o ano transacto.

Imediatamente a seguir, usou da palavra o vogal Carlos Jerónimo para salientar que, na realidade, se verifica uma redução de verbas neste objectivo comparando-o com o do ano transacto o que poderá significar uma redução do interesse deste objectivo ou o facto de já haver uma certa cobertura no concelho das infraestruturas inseridas no presente objectivo, o que não é credível face às lacunas existentes junto dos bairros sociais do Concelho, área onde pensa que a Câmara deveria desenvolver um grande esforço no sentido de equipar os bairros sociais com o equipamento social que de alguma forma viesse a minorar as dificuldades de ambientação à nova realidade que se proporciona às populações ali residentes.

Salientou, ainda, que no referente às sedes das Juntas de Freguesia, urge na realidade dar solução às enormes carências da Junta de Freguesia de S. Bernardo, perguntando também se se confirma o arranque da construção da sede da Junta de Freguesia de Cacia e se a redução da verba inserida no Plano tem algo a ver com a proveniência dos subsídios já concedidos pelo Estado.

O Presidente da Câmara, tomando a palavra, esclareceu que existem de facto reduções de verbas pois houve a preocupação de não se empolar demasiado o Orçamento e o Plano de Actividades dando nota de que o Orçamento para o ano de 1987 é o mais equilibrado embora com uma certa margem de maleabilidade que devem os orçamentos ter.

Contrariando de seguida as considerações tecidas quanto ao facto de ser este Plano, particularmente neste Objectivo, pobre, salientou que é exactamente o contrário pois normalmente as Câmaras não inserem nos seus Planos o Objectivo da Acção Social por entenderem que aquele tipo de equipamento não é da responsabilidade directa das autarquias, logo não pode deixar de salientar que este Objectivo é extremamente rico porque demonstra as preocupações da Câmara no âmbito da acção social, nomeadamente junto dos bairros sociais, tendo o Vogal Carlos Jerónimo sugerido que sempre que a Câmara promovesse a construção de infraestruturas sociais naqueles bairros sociais deveria e poderia a sua assistente social, por conhecer bastante bem a realidade daqueles locais, estimular e incentivar o associativismo naquelas zonas.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais José Luis Cristo e Artur José Lopes Lobo.

Tomando de seguida a palavra, a Vogal Maria Antónia

Pinho 4.  
*[Handwritten signature]*

Pinho e Melo manifestou a sua preocupação quanto à falta de realismo deste objectivo sobretudo no que respeita à atribuição de verbas para projectos muito genéricos, nomeadamente no que respeita às verbas definidas para apoio à construção de outras sedes de Juntas de Freguesia, projectos e apoio aos Centros Sociais de Eixo, Nariz, Esgueira e Vilar, pois sempre defendeu que para cada projecto deveria ser definida uma verba e não para grupos de projectos como se tem verificado nos Planos de Actividades apresentados pela Câmara.

Submetido a votação foi o objectivo 3 - Acção Social aprovado por dezassete votos a favor e cinco abstenções.

O vogal António Ferreira da Silva fez a seguinte declaração de voto: "Votei a favor, contrariando o sentido de voto da bancada, embora respeitando a posição assumida, porque acredito que a Câmara Municipal vá avançar nos projectos para S. Bernardo, Vilar e Santiago".

Também no uso da palavra, o vogal Carlos Gerónimo fez a seguinte declaração de voto: "Votei favoravelmente depois do reconhecimento expressado pelo Sr. Presidente da Câmara de que existe uma lacuna no Plano quanto à eventualidade de construção de equipamento social nos bairros sociais e pela promessa de que, pelo menos em próximos planos, isto viria a ser considerado".

De seguida e em representação da bancada, o vogal José Fernando Betencourt, fez a seguinte declaração de voto: "Nós abstivemo-nos porque as verbas aparecem em certas posições agregadas para vários fins e sendo certo que o valor atribuído não dá para todas, não sabemos exactamente quais são as que vão ser executadas, vindo por isso fundadas dúvidas sobre a efectiva execução de todas as obras referidas nos casos em que o são".

#### OBJECTIVO 04 - SAÚDE

Sobre este Objectivo o Presidente da Câmara referiu que as verbas definidas têm por função uma certa forma de prevenção para a eventualidade de poder vir a ser realizada qualquer obra neste campo, nomeadamente em Eixo por ser a zona que maiores perspectivas reúne para avançar.

Tomando de seguida a palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo alertou para que haja os cuidados indispensáveis na elaboração do projecto do posto médico de Eixo porque a Administração Regional de Saúde reprovou já um projecto para aquele fim, tendo o Presidente da Câmara da nota de que as deficiências apontadas no anterior projecto estão a ser

devidamente equacionadas no novo projecto em execução.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Rogério da Silva Leitão.

Submetido de seguida à votação, mereceu o objectivo 04-Saúde aprovação por unanimidade.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça.

OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO, PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E URBANIZAÇÃO.

Programa 01 - Habitação

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por considerar que este é de facto um dos aspectos mais melindrosos e angusti-antes com que se debate a Câmara, tal como já o referiu na sua nota intro-  
dutória. Contudo, não podia deixar de reafirmar a sua discordância pelo facto de ter o Estado deixado de promover directamente habitação social atribuindo tal responsabilidade às Câmaras Municipais as quais não têm grandes possibilidades de acorrer às necessidades existentes neste campo, salvo se recorrerem ao financiamento, situação que poderá originar encar-  
gos de vulto para a gestão municipal, por si já muito difícil.

Reportou-se, ainda, aos projectos concretos inseridos neste programa.

De seguida, usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo para reafirmar a sua discordância, agora mais fundamentalmente após a extin-  
ção do F.F.H. e pelo abandono da iniciativa estatal para a construção de habitação social, pois entende que cabe às autarquias um papel extremamente importante e decisivo na resolução dos problemas da habitação, problemas que envolvem verbas muito elevadas. Assim, pensa que o programa da habita-  
ção está insuficientemente dotado para possibilitar dar resposta desejável aos problemas da população. Ora, se é preocupante a situação, pensa que essa preocupação não está reflectida neste programa, pois que as verbas para aquisição de terrenos para a auto-construção são inferiores às do ano findo o que de algum modo demonstra que a Câmara não tem adoptado o melhor sis-  
tema, ou seja as disposições legais ao seu alcance para obter melhores re-  
sultados nos preços dos terrenos e possibilitar portanto a venda a preços ainda mais acessíveis.

5.  
*Thiery*

*Thiny*  
*Pinho*

Teceu ainda algumas considerações acerca do sistema do auto-acabamento bem como sobre os apoios destinados quer à Cooperativa Chave (baixa considerável nas verbas) e a iniciativas de Instituições, pensando que deverá haver um certo acompanhamento da Câmara após a atribuição de casas de renda social.

Também no uso da palavra, a vogal Maria Antónia Pinho e Melo começou por fazer a comparação entre as verbas atribuídas ao programa da habitação no Plano do ano transacto e no do presente, considerando que a elevada diferença, para menos, com que foi contemplado tão importante programa é motivo de fortes preocupações. Mais salientou que, apesar dos esforços desenvolvidos nomeadamente através da aquisição de terrenos para a auto-construção, não há qualquer programa para a construção de habitação com vista a renda social ou resolúvel, tendo o Presidente da Câmara informado que o programa 02- Início de construção de 200 fogos se destina a rendas sociais.

Retomando a palavra a vogal, Maria Antónia Pinho e Melo pensa que se o recurso aos programas de financiamento para recuperação de imóveis é pequeno, tal facto se deve à falta de publicidade sobre a sua existência.

Seguidamente, usou da palavra o vogal José Betencourt para referir que se está a encontrar algum caminho adequado à ajuda à habitação através de recurso a todos os meios possíveis. Contudo, porque se estará a apreciar o Plano de Actividades da Câmara, salientou que não se deveria fazer futurologia bastando para tanto que se fizesse uso completo dos impressos que servem de base à elaboração do Plano, fazendo-se a discriminação dos projectos com indicação das cotações financeiras respectivas e prazos de execução metodologia que poderá vir a ser implementada em planos futuros.

Seguiu-se breve troca de impressões sobre o programa inerente ao início da construção de 200 fogos, tendo o Presidente da Câmara prestado pormenorizados esclarecimentos acerca do sistema, dando nota de que aquele programa terá o apoio do Estado em 50% da sua execução e cuja gestão do empreendimento caberá à Câmara Municipal, para o que será considerado património municipal.

O vogal Joaquim Mendonça fez algumas considerações acerca da problemática ligada ao auto-acabamento a que o Plano não faz referência salientando que tal sistema não teria grande possibilidade de êxito em

7.  
*Thim*

em Aveiro dado que a população aveirense, mesmo degradada e depauperada, não aderiria ao esquema, tendo o Presidente da Câmara corroborado tais sentimentos, adiantando que nos contactos que tem feito com o Secretário de Estado da Habitação tem feito sentir a necessidade de se proceder a rectificações legislativas que se impõem no âmbito da habitação social.

PROGRAMA 02 - PLANEAMENTO URBANÍSTICO; PROGRAMA 03 -  
- ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Sobre a matéria em epígrafe, o Vereador Dr. Pires dos Santos prestou pormenorizados esclarecimentos, fazendo algum realce aos projectos inerentes ao Plano do Cojo e da Zona Centro que embora aprovado necessita de uma revisão por estar altamente densificado. Deu nota do empenhamento da Câmara em levar a cabo o projecto da Avenida Central para que a sua execução, que envolve avultadíssimas verbas decorra até ao fim do mandato em curso. Porque terão elevada interferência na vida da cidade, realçou os projectos inerentes à malha viária de acesso à Cidade que a Câmara deverá acompanhar o mais próximo possível.

Aberto o periodo de apreciação, tomou a palavra o Vogal José Luis Cristo para solicitar alguns esclarecimentos, nomeadamente se os planos de pormenor urbanístico elaborados pela Câmara carecem da aprovação da Assembleia, se as Câmaras para procederem a expropriações por utilidade pública, necessitam de terem aprovados planos de pormenor urbanístico, e quem elabora estes planos.

Relativamente ao programa do planeamento urbanístico referiu que há rúbricas de planeamento de pormenor para zonas que estão já urbanizadas e que se pretendem melhorar e planeamento para zonas novas em que já existe construção clandestina o que acaba por dificultar a efectivação dos novos planos de pormenor urbanístico porque, como já anteriormente referiu, a elaboração daqueles planos é demasiado lenta para a explosão demográfica do concelho.

De seguida, o Vogal Rogério Leitão, ao tecer algumas considerações acerca da temática da circulação viária urbana, fê-lo no sentido de alertar o executivo para a incidência que a futura Avenida Central virá a ter na Cidade pelo que entende que aquela artéria ao provocar a sua divisão em duas partes, deverá ser devidamente trabalhada no sentido da sua ligação à malha viária urbana já existente perguntando, portanto, se está a ser elaborado qualquer plano que aborde as questões colocadas.

8.  
*[Handwritten signature]*

Directamente ligada ao projecto dos arranjos urbanísticos entende que deveria estar a problemática do apoio ao turismo, através da criação de postos de apoio cívico, virado quer para o visitante quer para o residente, onde fossem prestados vários serviços desde o telefone, venda de revistas e ainda à prestação de informações funcionando como complemento turístico.

Fazendo referência ao parecer do Concelho Municipal, entende que na realidade deverá ser seriamente encarada a problemática da colocação da " feira dos 28 " num local mais apropriado bem como deverá ser dada conclusão ao problema da Baixa de Stº António dada a urgência do tratamento paisagístico e urbanístico que a zona merece e exige.

Numa pequena intervenção, o Vogal Manuel Tavares Duarte abordou a questão inerente ao projecto de recuperação da zona antiga de Esgueira perguntando que área está abrangida pelo estudo.

Também no uso da palavra, o Vogal José Betencourt começou por salientar que no programa do planeamento urbanístico está englobado o futuro dos próximos dez ou quinze anos de Aveiro, pelo que pensa será o problema mais grave para se resolver, dado que entende que não se poderá deixar que as auto-estradas avancem até à cidade sem estarem pelo menos previstas as ligações e alguns planos de pormenor. Assim, entende que é extremamente urgente que todos os pontos referidos neste programa sejam muito bem tratados. No pressuposto de que todos os planos de pormenor serão apresentados à Assembleia para sua apreciação, perguntou se não seria possível fazer uma calendarização da apresentação de cada um dos planos à Assembleia, sendo talvez uma das formas de pressionar os gabinetes que trabalham para a Câmara para que cumpram os prazos e para que se não corram riscos por eventuais atrasos na sua aprovação. Em conclusão, declarou que todas as verbas que forem postas à disposição da Câmara para ultimar bem e depressa os projectos inseridos no Plano, têm todo o apoio da sua bancada.

Embora já ultrapassada a sua análise, aquele Vogal abordou a problemática do programa da habitação focando o facto de no ano transacto aquele programa estar dotado com cerca de oitenta e cinco mil contos e no presente, estar o mesmo programa dotado com a módica verba de trinta e nove mil contos. Relativamente ao Plano do ano transacto e embora não pretenda saber em concreto o que foi ou não realizado no âmbito do programa da habitação, mas porque havia um projecto que mobilizava uma gran



*9.*  
*[Handwritten signature]*

de parte da verba destinada a todo o programa, pretendeu saber se houve concretamente um aumento efectivo nas verbas inscritas no plano em análise.

Também usou da palavra o Vogal Armando Vieira para focar o projecto inerente ao estudo das áreas de expansão dos aglomerados urbanos, manifestando as preocupações da Junta de Freguesia de Oliveirinha com o que se programa para aquela área, pois que dados os acordos existentes entre a Câmara e os Serviços Regionais de Agricultura, está bastante limitada a construção de habitação própria aos residentes e naturais da Freguesia, tanto mais que não há demonstração de qualquer planeamento alternativo. Para o facto alertou aquele vogal o Executivo que deverá preocupar-se em encontrar alternativas para o grave problema embora reconheça que deva haver um planeamento de preservação dos solos daquela área cuja natureza é essencialmente agrícola.

Na área do desenvolvimento industrial do concelho e dada a progressiva expansão que tem sofrido, aquele Vogal não aceita que não seja definida como " zona industrial " por excelência o parque industrial existente entre as Freguesias de Eixo e Oliveirinha.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Joaquim Mendonça começou por salientar que, genericamente, os programas em análise poderão ser aprovados, dado que no planeamento urbanístico ainda se está apenas na fase dos estudos que, contudo e exactamente porque entende que é decisiva esta fase, deverá ser cuidadosamente planeada, corroborando ainda as críticas tecidas pelo Vogal José Luis Cristo quanto à morosidade com que se elaboram os planos de pormenor situação com que o desenvolvimento em ritmo acelerado do concelho não se compadece, bem como as tecidas pelo Vogal Rogério Leitão na área da circulação viária. Assim, formulou votos para que os estudos em execução sejam integrados num conjunto urbano, com características que ofereçam uma unidade harmoniosa sem destruir a Cidade de Aveiro, e executados com a celeridade desejável e exigida pelo crescimento do concelho, não se podendo dissociar dos planos viários de acesso à cidade.

Seguidamente, no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo começou por comungar das preocupações manifestadas acerca da importância que vários projectos inseridos no programa em análise têm no desenvolvimento futuro de Aveiro, concretamente Aveiro-cidade. Contudo lamentou que não esteja consignado no plano o esforço que deveria ser urgente e importante

*Fluicy* 10  
*[Signature]*

quanto ao ordenamento concelhio, pois não acredita que o projecto para a expansão dos aglomerados dê resposta às preocupações manifestadas, pois ninguém se poderá alherar da anarquia que se vê na construção que se faz no Concelho, nomeadamente na sua área rural.

Após corroborar as preocupações manifestadas quanto à problemática dos acessos rodoviários ao concelho e à urgência de que se reveste a concretização de tais projectos, aquele Vogal salientou que a revisão do plano geral de urbanização de S.Jacinto deve ser definitiva mente encarada pois é matéria que tem transitado de plano para plano e a freguesia necessita de tal projecto executado.

Quanto à zona industrial e sua ampliação manifestou o seu apoio ao projecto mas discordou que a implantação da nova zona, a sul do concelho, tenha sido inserida no programa dos mercados e feiras, quando no ano transacto constava no programa do planeamento urbanístico, bem como entende que quer a ampliação da existente quer a implementação da nova zona industrial devem constar no mesmo programa.

Concluindo a sua intervenção aquele Vogal reportou-se ao projecto de iluminação do parque perguntando em que fase se encontra a obra, sugerindo de imediato que, no âmbito do projecto de iluminação de monumentos, não fosse esquecido o monumento a José Estevão.

De novo no uso da palavra, o Vogal Joaquim Mendonça manifestou a sua discordância quanto ao projecto de iluminação do canal central para o que serão mobilizados três mil e quinhentos contos e não se preveja qualquer acção no sentido de ser melhorada a péssima iluminação pública da cidade.

Tomando de seguida a palavra e abordando a problemática da iluminação pública, o Presidente da Câmara corroborou as afirmações feitas quanto à má iluminação que a cidade tem, dando contudo nota de que a Câmara tem feito imensas diligências junto da entidade responsável, a EDP, no sentido de proceder aos melhoramentos que se impõem, nomeadamente a ligação da energia à rede do parque, a iluminação dos acessos ao CIFOP e à Universidade, a iluminação do novo nó rodoviário na E.N. 109/7, pelo que salientou que só consta no Plano de Actividades da Câmara o que a EDP não realiza, nomeadamente a iluminação do canal central que é apenas decorativa. Sugeriu, no seguimento das preocupações manifestadas, que a Assembleia Municipal assumisse uma posição de protesto junto da EDP contra esta situação.

PROGRAMA 04 - URBANIZAÇÃO.

Sobre o tema em epígrafe, o Presidente da Câmara teceu algumas considerações, começando por dar nota de que a urbanização constitui uma lacuna grave e representa o custo do crescimento da Cidade que se torna tão evidente, até através da discussão do Plano de Actividades se nota tal crescimento face às inúmeras intervenções e preocupações por todos evidenciadas. Considera, ainda, que o crescimento da Cidade tem sido galopante, de tal modo que a implementação das infraestruturas básicas se torna imperativa para não emperrar o crescimento físico e o desenvolvimento da Cidade, a que a Câmara não tem dado respostas tão imediatas quanto necessárias, nomeadamente no campo do planeamento urbanístico, área onde a Câmara não tem conseguido acompanhar o crescimento, tendo sido portanto ultrapassada pela dinâmica dos investidores. Apesar de tudo, para o programa das infraestruturas, a Câmara mobilizou cerca de cem mil contos, dando nota porém de que a alguns dos projectos não foi atribuída a verba considerada necessária porque serão eventualmente executados por administração directa.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para tecer algumas considerações sobre o tema em apreciação, começando por referir que este programa tem um substancial aumento de verba que deriva fundamentalmente da atribuição de quarenta mil contos para aquisição de terrenos para vários fins. Perguntou, de seguida, se as urbanizações e a colocação de infraestruturas em S. Jacinto têm sido prejudicadas pela existência de uma unidade militar naquela freguesia.

Pese embora reconheça que as infraestruturas inseridas neste programa são muito honerosas, entende que algumas estão a demorar demasiado, pois já constam em plano desde 1984.

Também no uso da palavra, o Vogal José Betencourt salientou que este programa é efectivamente decorrente do planeamento global inserido no objectivo em análise e corresponde ao que a Câmara compete executar de acordo com as vigências pontuais e as necessidades existentes.

Relativamente às verbas atribuídas não teceria quaisquer comentários exceptuando a verba de maior vulto e destaque, perguntando portanto se existe algum plano concreto sobre o que se pretende realizar na área da aquisição de terrenos, desde que não afecte o andamento de eventuais negociações que estejam em curso.

12.  
*Thurys*

Comentando a afirmação feita pelo Presidente da Câmara aquele Vogal entende que é realmente urgente que invertamos termos e que seja a Câmara a liderar o processo do crescimento do planeamento urbanístico.

O Vogal Artur Lobo, no uso da palavra, começou por referir que no sector da urbanização estão contempladas diversas obras embora reconheça que algumas delas estão insuficientemente dotadas. Contudo, lamenta que não esteja contemplado no Plano, o arranjo do Largo Capitão Maia Magalhaães, que considera ser uma vergonha no centro da Cidade, esperando porém que o que acaba de referir tenha acontecido por lapso, tendo o Vereador Dr. Pires dos Santos declarado que se não está tal obra incluída no Plano, o facto apenas terá acontecido por lapso dactilográfico já que a sua recuperação é preocupação da Câmara.

Prosseguindo no uso da palavra, o Vereador Dr. Pires dos Santos informou que embora a Lei não o determine a Câmara deveria sempre apresentar os Planos de Pormenor Urbanístico à apreciação da Assembleia, bem como deu nota da existência de um diploma legal que determina que não poderão ser feitas quaisquer expropriações de terrenos em áreas não compreendidas em Planos de Pormenor admitindo, todavia, a possibilidade de se poderem fazer expropriações sem estarem reunidas as condições atrás expostas nos termos em que a própria Lei o permita. A execução dos planos de pormenor está a cargo de alguns gabinetes da especialidade bem como se tem verificado a execução de alguns planos pelos próprios Serviços da Câmara, através do seu Gabinete de Planeamento.

Relativamente à problemática da futura Avenida Central e às questões inerentes à sua ligação à malha viária urbana já existente declarou que é tema bastante preocupante para a Câmara por se entender que só a partir da sua conclusão será possível regular o trânsito da Av. 25 de Abril, pelo que se pretende dar a maior celeridade possível ao processo que lhe diz respeito. Alertou porém para as enormes dificuldades de execução de tão importante projecto que envolverá naturalmente um grande investimento, nomeadamente pela necessidade que há, por força do seu traçado, em adquirir vários imóveis.

Reportando-se à questão colocada sobre o apoio ao turismo, declarou que, embora concorde com as sugestões apontadas, não nos podemos esquecer da existência da Região de Turismo " Rota da Luz " para onde

Fluency 13.  
Pires

são canalizadas as receitas oriundas do turismo, pelo que deverá ser aquela entidade a dar resposta às solicitações da Cidade no campo do Turismo, sem que a Câmara se dissocie completamente das questões ligadas ao sector, apontando como exemplo disso o facto de se encontrarem em elaboração planos para a construção de quiosques e para o desenvolvimento de um programa ligado à sinalética e à uniformização do mobiliário urbano, desde a cabine telefónica, ao quiosque, ao banco do jardim e às placas indicadoras, para o que se mobilizou uma verba significativa, acrescentou o Presidente da Câmara.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Ainda no uso da palavra, o Vereador Dr. Pires dos Santos deu nota de que a " feira dos 28 " constitui uma grande preocupação para a Câmara dada a dificuldade em se localizar definitivamente bem como salientou que a " Baixa de Stº António " consta no Plano de Actividades, sendo já uma acção em curso pois foram solicitados estudos paisagísticos para o local.

Corroborou de imediato as preocupações manifestadas pelo Vogal José Betencourt no que respeita ao problema do desenvolvimento urbanístico realçou as preocupações da Câmara no sentido de tentar inverter os termos e ser ela a liderar o processo e deixar de andar a reboque do desenvolvimento do concelho, dando nota de algumas medidas que se estão a tomar no sentido de melhorar nomeadamente o Plano de Pormenor do Centro. Referiu também que, no que respeita à apreciação dos Planos de Pormenor, não é possível fazer uma calendarização por vários factores, nomeadamente porque vários daqueles Planos são executados por entidades estranhas à Câmara.

Prestou, ainda, alguns esclarecimentos relativamente ao estudo das áreas de expansão dos aglomerados que, por não ser dependente apenas da Câmara, foi já presente às restantes entidades intervenientes no processo, pese embora se reconheça que o estudo a que se reporta dificilmente virá a ser aprovado tal como foi apresentado, por ser demasiado ambicioso. Contudo, as preocupações evidenciadas estão sob a atenção da Câmara, nomeadamente no sentido de acautelar o ordenamento concelhio, dado o índice de crescimento do concelho ser muito grande.

Também usou da palavra o Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos e tecer algumas considerações sobre o planeamento urbanístico, dando nota de intenção de ser levado a efeito um colóquio sobre arquitectura com a participação de todos os técnicos e gabinetes que têm feito trabalhos para a Cidade bem como algumas entidades e organismos do concelho, cujos temas tenham a ver com o futuro da Cidade de Aveiro no que respeita ao planeamento urbanístico.

De novo no uso da palavra, o Vogal Rogério Leitão retomou a problemática da Avenida Central, declarando que não pretendeu pôr em dúvida que aquela Avenida não estivesse a ser estudada, apenas quis dizer que a Avenida Central, como todas as outras artérias da Cidade, fossem estudadas num plano integrado da rede viária da Cidade devidamente articulado.

Também referiu que, no âmbito da problemática do turismo, depois de tantos exemplos de entidades existentes no concelho que se intrometem na gestão de Aveiro e onde quer a Câmara quer a Assembleia não têm qualquer acção, surgiu uma nova entidade autónoma que é a "Rota da Luz", o que significa que se está cada vez mais a entregar os destinos da Cidade a entidades estranhas. Assim, entende que, sem que se estejam a desenvolver actividades paralelas, deveria a Câmara dedicar um pouco de atenção ao problema da informação do visitante ou não, criando condições e meios que à Rota da Luz talvez não diga respeito.

O Vogal Carlos Jerónimo retomou a palavra para discordar das considerações tecidas pelo Vereador Dr. Pires dos Santos quanto ao ordenamento concelhio na medida em que o ordenamento tem de ser encarado numa perspectiva imediata e não apenas quando a Cidade se alargar a fim de que se possam evitar eventuais situações embaraçosas, tendo o Vereador Dr. Pires dos Santos concordado com aquelas considerações, dando nota de que a Câmara está atenta ao problema tendo já elaborado diversos Planos de Pormenor para zonas periféricas à Cidade apesar das limitações com que a Câmara se depara.

Também usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para declarar que a sua bancada se manifestou contra a venda dos lotes de terreno junto da feira de Março, e para tecer algumas críticas sobre o perfil que terá a futura Avenida Central junto do Mercado e na considerada baixa da Cidade pois entende que esteticamente a solução será pêssima, tendo o Presidente da Câmara prestado alguns esclarecimentos contraditórios às afirmações efectuadas.

*Handwritten signature and number 15.*

De imediato, passou-se à votação do objectivo 05 - Habitação, Planeamento Urbanístico, Iluminação Pública e Urbanização, adoptando-se como metodologia a votação por Programas, tendo-se obtido os seguintes resultados:

PROGRAMA 01 - HABITAÇÃO - Aprovado por dezoito votos a favor, um contra e seis abstenções.

PROGRAMA 02 - PLANEAMENTO URBANISTICO - Aprovado por vinte e quatro votos a favor e um contra.

PROGRAMA 03 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Aprovado por vinte e quatro votos a favor e um contra.

PROGRAMA 04 - URBANIZAÇÃO - Aprovado por vinte e quatro votos a favor e um contra.

De seguida tomou a palavra o Vogal Carlos Jerônimo para fazer a seguinte declaração de voto: "Abstive-me no Programa da Habitação por considerar que este Plano não contempla ou não tem consignado o esforço que considero necessário e indispensável para dar resposta às carências habitacionais das populações."

Também usou da palavra o Vogal José Betencourt para, em nome da bancada do PSD, fazer a seguinte declaração de voto: "A nossa declaração de voto sobre a abstenção do Ponto 01-Habitação significa tão somente a discordância com o método orçamental utilizado e com a redução da verba do Plano do ano passado quando as carências da habitação no concelho não diminuíram. Relativamente à proposta que fiz no sentido de a Câmara apresentar as datas em que trazia os Planos à Assembleia, lamento que não tivesse prometido mandá-los cá para o próximo mês".

Usou ainda da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para, em seu nome pessoal, fazer a seguinte declaração de voto: "Votei contra em todo o Objectivo contrariamente ao que tinha pensado fazer como forma de protesto pelo que se projecta fazer no Centro da Cidade. Considero que se vai destruir no centro da cidade uma das facetas mais características. Tinham-nos prometido valorizar todas as linhas de água, tinham-nos dito que seria aí o Centro Cívico, o "ex-libris" da Cidade de Aveiro. Não quero associar-me a tal monstruosidade".

*Handwritten signature and date:*  
10

Foram de seguida interrompidos os trabalhos para o jantar.

Eram 20.00 horas.

Pelas 21.30 horas foram retomados os trabalhos sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes e com a presença dos Vogais Rogério da Silva Leitão, Jorge Manuel do Nascimento, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Vicente Ferreira, Carlos Júlio Lourenço Paciência, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnal do da Silva Mendonça, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Tavares Duarte, Manuel Arede de Jesus, Porfirio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior e Artur José Lopes Lobo.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Albertino Moreira de Oliveira, José Carlos da Silva Neves, Gilberto Parca Madail, Fernando dos Santos Manata, António José Valente, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Fernando Tavares Marques, António Norberto da Silva Correia e Libério da Silva Santos.

#### OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

O Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva teceu algumas considerações de pormenor acerca dos programas e projectos inseridos no presente Objectivo que, salientou, se pretendem executar durante o próximo ano.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes.

O Vogal Carlos Jerónimo tomou a palavra para solicitar esclarecimentos relativamente ao problema dos aterros sanitários e à eventual intermunicipalização do sistema da recolha e aterro dos lixos e dar nota de que, contrariamente ao que fora anunciado, as campanhas



*Thierry* 17.  
*Subal*

de sensibilização para a problemática da higiene pública ainda não se iniciaram.

Registou de seguida que, no âmbito da problemática dos cemitérios, as carências parece que já não existem porquanto aquilo que consta no Plano apenas se reporta a projectos para a construção de capelas com a excepção do programado para a Freguesia de S. Jacinto já que o projecto de ampliação a que o Plano faz referência transita do Plano do ano transacto.

Entretanto abandonou a sala o Vogal Artur José Lopes Lobo.

O Vogal Rogério da Silva Leitão, no uso da palavra, abordou a problemática dos resíduos sólidos solicitando informações sobre as diligências que eventualmente tenham sido efectuadas quanto à possibilidade de se encontrar uma solução definitiva para o tratamento dos lixos, bem como quanto à possibilidade de reconversão dos lixos com fins da sua transformação em energia.

Entretanto abandonou a sala o Presidente tendo o Vogal António dos Santos Costa, na qualidade de Primeiro Secretário eleito, assumido a Presidência da Mesa.

Também usou da palavra o Vogal Carlos Paciência para alertar a Câmara para a necessidade de regularização do piso e execução de valetas na Rua do Marco, por forma a conseguir-se o normal escoamento das águas pluviais dadas as péssimas condições em que se encontra. Igualmente alertou para a excessiva concentração de águas pluviais junto das oficinas da Fiat situação que determina desde já o estudo e execução de solução mais adequada.

Quanto à recolha de lixos, entende que deve ser intensificada nas freguesias rurais do concelho por forma a evitar-se a poluição que é gerada pelo facto de haver períodos muito longos entre cada recolha.

O Vogal José Betencourt tomou a palavra para solicitar esclarecimentos relativamente à localização e zona envolvente ao aterro sanitário e no que respeita à aquisição de equipamento, qual é de facto a finalidade da verba definida.

*Armando Vieira* 18

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Manuel Tavares Duarte perguntou se a Freguesia de Esgueira será contemplada no que respeita ao projecto de construção de sanitários, por ter sido uma das pretensões apresentadas pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal. Também perguntou se o Cemitério de Tabueira, cuja gestão é da responsabilidade da junta, beneficiará das verbas destinadas ao projecto de beneficiação e reparação de outros cemitérios, pois são evidentes as suas necessidades em vários aspectos.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Armando Vieira para colocar algumas questões, começando por referir que as populações rurais são muitas vezes tratadas como cidadãos de segunda, nomeadamente no que respeita à recolha de lixos, área onde a Freguesia de Oliveirinha está insuficientemente equipada. Aliada à falta de equipamento acresce o facto da periodicidade da recolha dos lixos ser demasiado longa, facto já referido, pelo que solicitou do Executivo a melhor atenção à problemática levantada.

Outro aspecto que abordou, está relacionado com a salubridade pública nas freguesias rurais onde não há rede de esgotos e a população, contrariando todas as normas, faz os despejos dos resíduos sanitários para as ruas. Tal facto, entende, deveria merecer uma maior acção fiscalizadora por parte dos Serviços de Fiscalização da Câmara bem como deveria ser feita uma campanha de sensibilização no sentido de serem respeitadas as regras da higiene pública, ou poderia a Câmara proceder ao desagravamento dos custos do serviço de escoamento de fossas.

Quanto ao problema da limpeza de valetas, aspecto intimamente ligado à problemática da higiene pública, entende aquele Vogal que é feita uma grande injustiça às Freguesias rurais não prevendo a Câmara qualquer verba para o efeito, mais entendendo que deveria ser um princípio a tomar em consideração na elaboração dos planos de actividades.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por dar nota que, no que respeita ao aterro sanitário, está em execução um estudo conjunto com a Universidade de Aveiro, bem como se encontra em fase de execução um estudo para a implementação de iniciativas de sensibilidade quanto à higiene pública, nomeadamente junto das populações das freguesias rurais.

*José Luis* 10

Esclareceu que, no âmbito dos cemitérios, a Câmara e a Junta de Freguesia de S.Jacinto, estabeleceram um acordo no sentido de se iniciarem as obras inerentes à ampliação do Cemitério daquela freguesia.

Prestou, ainda, variados esclarecimentos, nomeadamente sobre as questões ligadas à recolha de lixos e obras de melhoramentos apontados pelos vogais, as quais merecem a atenção indispensável do Executivo, tendo o Presidente da Câmara dado nota dos princípios que levaram à execução e localização do actual aterro sanitário, tecendo algumas considerações relativamente ao processo de intermunicipalização da recolha de lixos, bem como sobre o processo de recolha de lixos em acção no concelho de Aveiro.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Rocha Dias de Andrade.

O Vogal Joaquim Mendonça tomou a palavra para perguntar qual a localização da construção da rede de águas pluviais, que acção se pensa desenvolver no campo da sensibilização da higiene pública e quais têm sido os critérios de distribuição de contentores e de vidros pela Cidade, pois entende que há zonas da cidade não servidas por aquele tipo de equipamento verificando-se, em contrapartida, a colocação do mesmo em zonas inestéticas e onde não se justifica.

De seguida, o Vogal José Betencourt salientou que quando se reportou à problemática da localização do aterro sanitário pretendia referir-se aos lixos industriais despejados na lixeira, bem como salientou que, no que diz respeito à recolha diária dos lixos, dever-se-á ter em consideração os hábitos das populações.

De novo no uso da palavra o Presidente da Câmara esclareceu que é genérica a rubrica alusiva à construção da rede de águas pluviais pretendendo-se assim estar em condições de acudir a situações novas ou inesperadas, mais informando que no campo da sensibilização de higiene pública nada foi feito no ano transacto por questões financeiras, embora se tenha iniciado a preparação de algum material para o efeito, pelo que o ano em curso será o do arranque. Teceu, de seguida, algumas considerações relativamente à questão dos subsídios para efeitos de limpeza de valetas.

Imediatamente a seguir, foi o Objectivo 06 submetido à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal José Luis Cristo e o Presidente.

OBJECTIVO 07 - PROTECÇÃO CIVIL.

Sobre os programas, o Presidente da Câmara recebeu algumas considerações com realce para o correspondente ao projecto que prevê a ampliação da parada do quartel dos Bombeiros Novos, bem como realçou que, com a recente inauguração do novo quartel dos Bombeiros Velhos, foram resolvidos os problemas das instalações daquelas corporações.

O Vogal Rocha Andrade, no uso da palavra, salientou que, sem querer dizer que a Câmara não tem feito esforços no sentido de apoiar tanto quanto possível os Bombeiros, as verbas ou subsídios anualmente atribuídos aos Bombeiros deveriam ser actualizados, pelo menos, na medida da inflacção, pois entende que os Bombeiros serão, de todas as pessoas colectivas portuguesas, aqueles que merecem maior apoio municipal.

Passando-se de seguida à votação foi o objectivo 07 aprovado por unanimidade.

OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO.

Sobre a matéria em epígrafe o Presidente da Câmara destacou o projecto correspondente à continuação do mercado de origem, designação que substitui a anterior (mercado abastecedor). Deu nota portanto de que se desenvolverá um esforço no sentido de o sediar em Aveiro pois a Câmara possui terreno e ante-projecto apenas faltará o apoio da CEE através dos fundos comunitários. Salientou que a verba de 4000 contos para o estudo e implementação de novos mercados foi prudentemente colocada dadas as dificuldades que a Câmara prevê para prosseguir com o projecto, tecendo ainda algumas considerações sobre a problemática da localização dos novos mercados, dando ênfase à teoria de descentralização que deve ser implementada com o devido estudo.

Como já havia referido, a inserção do projecto de implementação da nova zona industrial neste objectivo deve-se ao facto de ser considerado um polo de desenvolvimento económico que se pretende virado fundamentalmente para os jovens industriais por forma a criar-se uma classe de industriais no concelho de Aveiro até agora inexistente. Também manifestou a ideia de que também deveria ser implementada na nova zona industrial uma tecnologia ligada aos cursos que a Universidade proporciona e principalmente não poluente.

*Shirley* 21  
*Shirley*

O Vogal Joaquim Mendonça, tomando a palavra e abordando a temática da implementação de novos mercados, deu nota de que o problema do mercado de Esgueira poderá ser encarado na perspectiva da sua inserção dentro do plano de urbanização das Ameias cuja execução se encontra em fase do pormenor e que brevemente será submetido à apreciação da Câmara Municipal.

Comentou de seguida que a verba definida para beneficiações dos Mercados José Estevão e Manuel Firmino é de facto irrisória dadas as obras que são necessárias para beneficiação daqueles edifícios.

Relativamente à grande problemática da localização do mercado de origem, que segundo afirmações feitas situar-se-á em Aveiro, entende que a Assembleia deverá estar atenta e tomar uma acção forte e urgente no sentido de reinvidicar a sua posição por forma a que não surjam surpresas.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal salientou que nada é dito no Plano de Actividades sobre a " Feira dos 28 ", que por ser uma indubitável realidade e porque a sua actual localização contribui para o caos no aspecto do trânsito, merece e exige um tratamento definitivo. Considerou ainda que, para um objectivo como aquele que se aprecia, a verba total definida para a sua realização é de facto demasiado exígua.

Também usou da palavra o Vogal Armando Vieira para salientar que, no âmbito das feiras, na Freguesia de Oliveirinha são realizadas duas que rivalizam com a Feira dos 28, e que de certa forma a Câmara Municipal deixou de apoiar, nomeadamente no âmbito da realização de melhoramentos. Assim, pela importância que tem para o concelho, não só por ser a única feira de gado do concelho, solicitou da Câmara o maior apoio possível quanto à sua necessidade de expansão de estacionamento.

De imediato, tomou a palavra o Vogal José Betencourt para abordar a problemática da implementação da zona industrial Aveiro-Sul, começando por tecer algumas considerações acerca da nova tecnologia de ponta e as suas vantagens no que concerne à criação de postos de trabalho, apoiando também a ideia de que se deve evitar a criação de indústrias poluentes.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Rocha Andrade para solicitar esclarecimentos relativamente ao projecto da continuação do mercado de origem e teceu algumas considerações relativamente ao projecto de transformação do Mercado Manuel Firmino em Centro de convívio coberto que, a acontecer e pese embora a existência de projectos para a criação de novos mercados para as zonas limitrofes da cidade, terá que ser substituído por outro equipamento

22

igual dado que o próprio centro da Cidade o exige, mais do que qualquer outra zona, quanto mais não fosse porque tem já direitos adquiridos. Perguntou, ainda, se está já elaborado o programa de acção quanto ao tipo de apoio a prestar às diversas realizações previstas no projecto 04, sem esquecermos a já referida "Feira dos 28".

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Artur Lobo.

Após nova intervenção do Presidente da Câmara, em que prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre a institucionalização da Agrovouga, apoio à Feira de Março e restantes, "Feira dos 28" inclusivé, foi o objectivo 08 - Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público submetido à votação merecendo aprovação por unanimidade.

O Vogal José Bettencourt, em nome da bancada do P.S.D. fez a seguinte declaração de voto: "Votámos a favor apesar dos nos parecer que as verbas, mesmo com o considerável reforço em relação às verbas do ano transacto, são diminutas para levar a cabo este apoio às Feiras e Mercados".

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Fernando Augusto de Oliveira.

#### OBJECTIVO 09 - COMUNICACÕES E TRANSPORTES.

Tomando a palavra, o Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva deu nota de que este Objectivo mobiliza uma grande verba (177000 contos) para a execução de projectos como a Passagem Superior da Avenida 25 de Abril e seus acessos, a reconversão, ainda que por sectores, da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, a continuação da execução da Avenida Central, entre outros não menos importantes para o desenvolvimento do concelho.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Carlos Jerónimo começou por salientar que, pelas verbas consignadas, foi feito um bom esforço para a rede viária do concelho realçando de novo aquilo que se pretende quanto à reposição dos pisos urbanos. Contudo, não pôde deixar de referir que há uma exagerada repetição de obras de plano para plano sem serem concretizadas pelo que, face às afirmações feitas no preâmbulo de que este Plano será para cumprir, formulou votos para que no plano para 1988 já não haja mais repetições de obras a menos que já estejam em execução.

Relativamente ao Parque TIR, cuja aquisição dos terrenos não está devidamente inserida neste objectivo, perguntou se existe algum planeamento conjugado com o futuro Parque TIR do Porto de Aveiro para que se não estejam a fazer repetições de investimentos. Alertou ainda o Executivo para o facto de existirem também neste objectivo projectos que mudaram de designação apelando para que seja feito um esforço no sentido de se manterem de plano para plano a mesma denominação.

*Handwritten signature and scribbles in the top right corner.*

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal perguntou se foi elaborado qualquer planeamento entre a Câmara e as Juntas de Freguesia quanto aos projectos 21 e 22, pois os termos em que estão redigidos não permitem uma leitura concreta do que se pretende fazer, tendo o Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva esclarecido que houve efectivamente um planeamento que obedeceu aos esquemas apresentados pelas Juntas de Freguesia, sendo certo que, por não ser possível atender a todas as solicitações, tais projectos se dirigem às vias mais degradadas.

Quanto ao Parque TIR o Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos, adiando para uma outra fase uma informação mais concreta e pormenorizada.

De novo no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo abordou a problemática inerente à construção da central de camionagem perguntando se o projecto é de facto para realizar pois a redução de verbas do plano do ano transacto para o presente é tão elevada que levantam algumas reservas, tendo o Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva informado que aquele projecto está a ser executado em bom ritmo prevendo-se que para o ano de 1987 a verba prevista seja suficiente, destacando também a acção que a Câmara pretende desenvolver no âmbito do estacionamento, para o que tentará transformar alguns pátios interiores em parques de estacionamento.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal António Ferreira da Silva para registar com agrado a surpresa que para si constitui o facto de algo se estar a transformar no que respeita ao programa de melhoramentos das zonas rurais porquanto, anteriormente, o plano apenas se dedicava à Cidade. Contudo e apesar da viragem registada, entende que ainda é necessário dedicar mais atenção às zonas rurais do concelho, nomeadamente no que diz respeito aos melhoramentos dos caminhos agrícolas, política comparticipada pelos fundos da CEE. Mais salientou que seria útil que a Câmara desenvolvesse a sua actividade mais fora dos gabinetes intensificando os seus contactos nomeadamente com as Juntas de Freguesia. De igual modo entende que esta Assembleia deveria programar formas para tomar contacto com a realidade do município, que já não se confina à variante mas muito para além dela. Apontando uma das lacunas, entende que algo deveria ser realizado no que diz respeito ao processo de atribuição de números de polícia nas zonas rurais pois não aceita que na estrada de S. Bernardo não existam números de polícia sugerindo, portanto, que com a colaboração das Juntas de Freguesia, a Câmara destacasse funcionários para a execução daquela tarefa.

*Phelipe* 24  
*[Signature]*

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal recomendou que se programasse a criação de zonas de pioões, que considera de muita importância para a Cidade desde que devidamente infraestruturadas e equipadas. Outro aspecto que focou e par o qual está bastante sensibilizado, é o que diz respeito ao processo da limpeza de valetas, tarefa a cargo das Juntas de Freguesia e que muitas dificuldades lhes cria. Para tentar contribuir com alguma solução, sugeriu que a Câmara colocasse o seu parque de máquinas e o pessoal operário à disposição das Juntas de Freguesia, por considerar que seria aquela uma forma de melhor rentabilizar o parque de máquinas da Câmara bem como o pessoal.

Por fim, solicitou esclarecimentos relativamente ao projecto da nova passagem inferior a que se refere o plano no projecto 35 do presente objectivo.

De novo no uso da palavra, o Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva e o Presidente da Câmara prestaram alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre o projecto da passagem inferior cuja localização se prevê venha registar-se na zona situada junto das passagens de nível existentes entre S. Bernardo e Aradas, por forma a poder-se anular duas daquelas passagens.

A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo tomou a palavra para se congratular pelo facto de a Câmara ter feito um grande esforço pelo menos em apresentar uma listagem grande de obras para a zona rural, onde se inserem seis dos dezoito projectos apresentados pela Junta de Eixo que se espera venham a ser executados. Quanto à Freguesia de Santa Joana denunciou que as prioridades com elevada urgência se situam na área do saneamento e da recuperação de pavimentos das ruas daquela Freguesia, pelo que urge fazer-se algo no sentido de minimizar as carências graves assinaladas.

Após proceder à comparação de verbas do Plano transacto para o presente para se poder avaliar o que foi executado e o que se vai executar, começou por perguntar quando ocorrerá a efectiva "conclusão da passagem superior de Avenida 25 de Abril" porquanto aquela designação já constava no Plano transacto e a execução da obra já dura há dezassete meses.

Quanto à reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e apesar do projecto ter sido já apreciado pela Assembleia Municipal no seu anterior mandato, entendeu sugerir que o mesmo fosse de novo apreciado pela Assembleia pois aquela artéria é um "ex-libris" da cidade altamente sensível que necessariamente exige aturados estudos e grande reflexão antes de se chegar à conclusão do processo.



Concluindo a sua intervenção, perguntou se a verba definida no plano transacto (20.000 contos) foi ou não aplicada na aquisição de imóveis para o início de construção da Avenida Central e solicitou esclarecimentos relativamente ao estudo de reconversão da Rua da Pega.

Também usou da palavra o Vogal José Betencourt para denunciar a inexistência de qualquer projecto ou acção relativamente ao N.º-Sul, facto que leva a pressupor que a obra já está concluída e não é totalmente verdade pois a obra precisa da sinalização adequada por força dos vários sentidos de trânsito que convergem para o local.

Relativamente à criação de zonas de trânsito exclusivo de peões, sugeriu aquele Vogal que fosse adoptada, experimentalmente, a medida de encerramento de algumas artérias ou zonas durante a época natalícia.

O Vogal Rocha Andrade, a propósito da informação prestada relativamente ao estudo de implementação de zonas de estacionamento em terrenos interiores, perguntou se a Câmara tem projectos quanto à construção de edifícios apropriados para estacionamento com exploração própria ou através da concessão.

Sugeriu, de imediato, que, para além da criação de novas pinturas nos pavimentos não fossem esquecidas as existentes reavivando a sua pintura.

O Presidente da Câmara e o Vereador Eng.º Vitor Silva informaram que é preciso definir uma política de estacionamento em altura pelo que se estuda a hipótese de mobilização dos espaços livres para estacionamento, bem como prestaram alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre o alargamento da Rua da Pega e transformá-la em estrada marginal à ria a partir da abertura que a Universidade deu para o efeito, permitindo a sua ligação à Av. Artur Ravara e a Santiago.

Informaram, ainda, que por força da restrição imposta na sua gestão, houve uma nitida e consciente paragem nos empreendimentos mais caros, se bem que já tenha sido reconhecido que o plano transacto não tenha sido rigorosamente bem elaborado. Foram também prestados alguns esclarecimentos relativamente ao traçado do acesso central.

O Vogal Rogério Leitão tomou a palavra para salientar alguns aspectos realçados no parecer do Concelho Municipal, começando por se referir à reconversão da Av. Dr. Lourenço Peixinho em corroboração das considerações anteriormente tecidas, tanto mais que pensa que o projecto deverá ser repensado

de acordo com um planeamento geral do trânsito da Cidade, desde a circulação às condições de estacionamento, condição indispensável para dar forma à política de implementação de zonas de peões. Ainda ligado ao aspecto da circulação, alertou para a necessidade de ser necessário encontrar soluções para o trânsito de bicicletas e de peões, por forma a restringir no máximo a circulação automóvel e fomentar o uso da bicicleta.

Concluindo a sua intervenção e abordando a controversa problemática da construção da passagem superior da Avenida 25 de Abril e seus acessos, considerado ponto nevrálgico na circulação de trânsito na Cidade, entendeu tentar sensibilizar a Câmara para o melindre da situação e a necessidade de procurar medidas tendentes a minimizar no máximo os riscos decorrentes da abertura de uma nova entrada de trânsito na cidade atravessando uma zona altamente residencial e escolar, situação que tenderá a agravar-se no futuro a partir da construção da Avenida Central.

De seguida, usou da palavra o Vogal Jorge Nascimento para corroborar as considerações quanto à pertinência de uma reapreciação do projecto de reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e considerar que, dependendo do Ministério das Finanças as Alfândegas, ficam com dúvidas sobre se a aquisição de um terreno a ser afectado à construção de um edifício do Ministério das Finanças é da competência da Câmara Municipal.

Concluindo, alertou a Câmara para a necessidade de inserir no âmbito do projecto referente à sinalização geral (estudo sinalética) uma acção tendente a ordenar o trânsito que circula da Rua Mário Sacramento para a Rua das Pombas por forma a eliminarem-se os conflitos ali gerados.

O Vogal José Luis Cristo no uso da palavra e face às referências anteriormente feitas sobre a eliminação de passagens de nível, salientou que se tem manifestado a favor de, sempre que haja necessidade de fazer travessias da linha do caminho de ferro, se devem fazer passagens desniveladas, pelo que manifestou o seu regozijo por se prever já a supressão das passagens de nível da linha do norte situadas entre Aradas e S. Bernardo.

Manifestou, de seguida, a sua incompreensão pelas afirmações feitas quanto à rejeição do projecto de construção da passagem superior da Av. 25 de Abril bem como pelas afirmações quanto aos perigos que advirão da sua construção. Também declarou não compreender como se afirma que será criada uma nova entrada na Cidade quando se sabe que, administrativa e fisicamente, a cidade vai muito para lá da linha do caminho de ferro e da variante pelo

que apenas constituirá uma nova artéria urbana.

Relativamente à Avenida Central, prevista já há muitos anos em plano de pormenor urbanístico, entende que foi uma previsão feliz e lamentou que a Câmara Municipal, ao longo dos anos, não tenha capacidade financeira para lhe dar execução rápida, pelo que manifestou o desejo de que seja possível a rápida aquisição de todos os imóveis necessários à construção daquela artéria.

Relativamente ao projecto de reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho declarou que gostaria de continuar a ver aquela Avenida com a sua actual configuração. Contudo, salientou que aquela artéria foi concebida com vivendas de ambos os lados, que paulatinamente têm vindo a ser substituídas por prédios de certa e determinada altura e o trânsito é demasiado intenso, facto que impõem a sua reconversão. Ainda no âmbito da circulação viária, emitiu o parecer de que a Rua Direita deverá ser encerrada ao trânsito sem que para tal seja necessária a existência de estacionamento de apoio próximo da artéria, realçando que aquela medida trará vantagens para os comerciantes ali sediados. Quanto à reconversão da Rua da Pega, formulou votos para que aquela artéria não venha a ser transformada apenas em via urbana mas que venha a ser um futuro elo de ligação entre o vizinho Concelho de Ílhavo pois seria um excelente trajecto turístico por se situar à margem da ria.

A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo usou da palavra para responder às considerações tecidas pelo Vogal José Luis Cristo, referindo portanto que a essência da democracia é o direito à diferença de opinião e que embora respeite as suas opiniões não concorda com elas e que pode respeitar as opiniões do Presidente da Câmara ou do Executivo e não concordar com elas, e está na Assembleia a exprimir diferenças de opinião por ter direito a fazê-lo. Mais referiu que nunca afirmou que os limites da Cidade confinavam com a linha do caminho de ferro.

Também usou da palavra o Vogal Joaquim Mendonça para perguntar se o projecto referente a novos arruamentos em S. Jacinto será implementado na urbanização que a Câmara definiu e onde vendeu terrenos sem possibilidade de construção imediata por falta de infraestruturas.

Tomando de seguida a palavra, o Eng<sup>o</sup> Vitor Silva procedeu à informação do perfil que se pretende implementar na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, salientando estar convicto que após a conclusão da passagem superior da Avenida 25 de Abril os riscos passarão a ser menores.

O Presidente da Câmara informou que a Câmara no intuito de abreviar a saída da Alfândega da área do Rossio e embora não seja da sua competência, procederá à aquisição dos terrenos para as suas futuras instalações sendo a verba reembolsável pela Câmara, tecendo ligeiras considerações acerca da problemática dos parques TIR.

Passando-se de seguida à votação, foi o objectivo 09 - Comunicações e Transportes aprovado por vinte e cinco votos a favor e uma abstenção.

O Vogal José Betencourt fez a seguinte declaração de voto: "Aprovamos o objectivo 09 apesar de algumas reservas quanto a certas obras urbanas, nomeadamente a passagem superior na Avenida 25 de Abril, mas tendo em consideração a boa vontade em resolver os acessos à cidade e o esforço notável quanto às obras nas zonas rurais".

A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo fez também a seguinte declaração de voto: "Abstive-me porque não aprovei nem aprovo a passagem superior na continuação da Avenida 25 de Abril, principalmente porque vai provocar um aumento de trânsito e o subsequente risco para as populações escolares dos dois maiores estabelecimentos de ensino de todo o concelho. Igualmente o acesso central na área de urbanização da Forca - Vouga é a continuação da Avenida Central de cuja praça, por sobre o Canal do Cojo, eu discordo frontalmente. Registo no entanto neste objectivo o esforço que a Câmara pensa fazer nas áreas rurais."

O Vogal António Ferrreira da Silva apresentou ao Presidente da Mesa o seguinte protesto: "É a segunda vez, a primeira ainda no primeiro mandato e neste é a primeira e para que cada um saiba desde o principio com quem está, eu protesto quanto à não cedência de palavra porque parece que quando peço a palavra sou sempre advertido e eu penso que tinha o direito de resposta já que um elemento da Assembleia me citou. Gostava que a legitimidade que me dá por estar aqui que identificasse o tratamento que é devido porque em situações futuras não ficarei assim."

O Presidente da Mesa, em resposta ao protesto apresentado salientou que nunca restringiu a palavra a quem quer que fosse, apenas tem tido a preocupação de fazer respeitar a ordem de inscrição dos Vogais que pretendem usar da palavra, pelo que apenas terá que registar o protesto feito.

OBJECTIVO 10 - MEIO AMBIENTE

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara teceu algumas considerações acerca do esforço significativo que a Câmara tem feito ao longo dos últimos anos no sentido de dotar a zona urbana, e não só, com novo equipamento integrado no conceito de meio ambiente, nomeadamente a implementação de pequenas zonas verdes, a difusão de arborização adequada a cada zona. Salientou que se vai prosseguir com aquela metodologia com o apoio de um técnico especializado e um pequeno gabinete, passando à apresentação dos projectos inseridos neste objectivo.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para se reportar ao parecer do Conselho Municipal e salientar que parece existir uma lacuna neste Objectivo porquanto não se faz qualquer referência aos casos de poluição grave que existem no concelho bem como quanto à problemática da utilização a esmo das águas subterrâneas. Outro aspecto que focou tem a ver com a Paiteira de Fermentelos, que apesar de não estar situada no concelho de Aveiro tem uma margem que confina com uma das freguesias e cujo estado de conservação é muito mau e terá contribuído para que o Parque de Merendas ali existente fosse abandonado. Assim, porque o meio ambiente não tem que ver apenas com a cidade, também deverá preocupar-se com a qualidade de vida das populações rurais, entende que o caso por si citado é um exemplo típico de uma possível intervenção municipal dada a beleza natural do local que está desaproveitado por força do estado de degradação em que se encontra.

Quanto ao projecto de estudo e mobiliário urbano entendeu salientar que para cada zona deverá ser estudado o equipamento que se coaduna com o meio, dadas as diferentes realidades de cada zona.

O Vogal Armando Vieira no uso da palavra, solicitou do Executivo o apoio necessário quanto ao arrelvamento das placas centrais e laterais do cruzamento da Costa do Valado por forma a evitar-se o seu uso como zona de despejos de lixos e conseqüentemente conseguir-se o seu embelezamento. Mais salientou que após a concretização de tal tarefa, a Junta de Freguesia de Oliveirinha, porque se preocupa com a manutenção dos espaços verdes da área da sua jurisdição, procederá de igual modo com o novo espaço verde.

Também usou da palavra o Vogal Rocha Andrade para corroborar o parecer do Conselho Municipal quanto aos cuidados a ter no que respeita à proliferação dos variados tipos de vivendas que se vão construindo no concelho e que não têm a ver com o meio ambiente em que se integram facto que contribuiu para a degradação da paisagem local. Outro aspecto que mereceu o seu

reparo e que exige uma acção fiscalizadora bem activa é o facto de existir no limite Sul do concelho de Aveiro um bairro clandestino onde se gera a prostituição a que urge pôr fim sob pena do seu alargamento e da consequente deterioração da paisagem e meio ambiente.

Considerando, embora, que não será a Câmara a fazê-lo entendeu salientar que é urgente tomar medidas tendentes a recuperar o Rio Novo do Príncipe sob pena de, não o fazendo, se perder completamente, por exemplo, para a prática do remo, onde Aveiro já ocupou posição de destaque.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal José Betencourt para realçar o esforço que se tem feito quanto ao plantio de árvores em muitas zonas da cidade e, apesar de não ser dito no plano, fazer uma referência às eclusas e augurar que os maus cheiros cessem definitivamente e que não se venham a confirmar as afirmações feitas pelo Dr. Aristides Hall de que se manterão.

A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, no uso da palavra, realçou que vários dos aspectos que pretendia focar foram-no já. Contudo, e tal como referiu o Vogal Carlos Jerónimo, também se manifestou contra a possibilidade de se uniformizar todo o mobiliário urbano pois entende que cada zona tem as suas características às quais se terá de adaptar o novo mobiliário. Realçou o esforço que a Câmara Municipal tem dedicado ao empedramento dos passeios da cidade, tarefa que deverá prosseguir pois há imensos passeios a necessitar de empedramento.

Finalizando, perguntou se está prevista qualquer acção no que respeita à colocação nos espaços relvados e parques dos célebres bancos de jardim à portuguesa.

O Vogal Joaquim Mendonça entendeu realçar o parecer do Conselho Municipal quanto à protecção da arquitectura nos meios rurais pois a proliferação de estilos de construção copiados no estrangeiro altera a paisagem característica local, daí que recomende ao Executivo e respectivos Serviços Técnicos a devida atenção na apreciação de projectos. Quanto ao problema da Baixa de Stº António solicitou esclarecimentos.

O Vogal Rogério Leitão, também no uso da palavra, perguntou se a Câmara prevê a dragagem, por necessidade, dos canais da ria e se, em caso afirmativo, não será necessário insistir com a Junta Autónoma do Porto de Aveiro para proceder aos melhoramentos referidos.

O Vogal José Luis Cristo tomou a palavra para corroborar as considerações tecidas quanto aos problemas ligados ao ambiente água a que

Aveiro está muito ligada, realçando que apenas evidenciou o aspecto do ambiente quando também se deverá ter em conta a componente económica.

Solicitou também esclarecimentos relativamente ao projecto da Baixa de Stº António, perguntando se porventura a Câmara colocou de parte definitivamente um projecto para o local da autoria do Arqtº Ribeiro Teles que a Câmara mandou executar.

O Vogal Manuel Tavares Duarte tomou a palavra para se reportar ao projecto inerente à gestão e conservação das zonas verdes e dar nota de que, face ao desprezo a que tem estado votada a alameda de Esgueira, um dos únicos espaços verdes do centro daquela freguesia cuja Junta, apesar de proprietária, não tem possibilidades financeiras para proceder à sua conservação, deveria a Câmara Municipal mandar analisar a situação por forma a poder-se dar o tratamento adequado ao local. Solicitou, ainda, o apoio da Câmara quanto à necessidade com que Esgueira se debate face ao crescimento urbano que rapidamente sofreu.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara aderiu às várias sugestões colocadas, nomeadamente à que se reporta à Alameda de Esgueira. Prestou também alguns esclarecimentos sobre questões abordadas, nomeadamente sobre as diligências já tomadas quanto à existência do bairro de lata existente na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, bem como o que se pretende fazer ao implementar-se um projecto de estudo e implantação do mobiliário urbano.

Procedeu-se de imediato à votação do Objectivo 10-Meio Ambiente tendo merecido aprovação por unanimidade.

#### OBJECTIVO 11 - PLANO G.T.L.

Após o Presidente da Câmara ter procedido à apresentação em síntese do Objectivo em análise, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo/<sup>que</sup>co-meçou por salientar que o Plano GTL poderá ser perfeitamente articulado com o Meio Ambiente na medida em que têm em comum a preservação de algumas coisas importantes que a cidade tem, pelo que não poderá deixar de salientar que houve de facto uma substancial redução de verbas do plano transacto para o presente.

Relativamente ao projecto de recuperação da Praça Melo Freitas aquele Vogal manifestou a sua preocupação porquanto o projecto inserido no Plano do ano findo previa igual tratamento para a Rua Domingos Carrancho e a sua não inclusão em Plano fará pressupor que se estará a abandonar a eventua-

lidade de ser encerrada ao trânsito e, de algum modo, recuperada a traça antiga daquela praça. No que respeita à Praça do Peixe, e pese embora se desconheça o que se pretende realizar, referiu que o fontenário ali situado, que tem uma certa beleza e dignidade, merece um tratamento adequado sugerindo, portanto, que o estudo previsse qualquer acção tendente a impedir que aquele fontenário esteja constantemente rodeado de viaturas.

O Vogal Manuel Gaspar Fernandes tomou a palavra para sugerir à Câmara que tornasse extensivo o Plano GTL às zonas rurais, nomeadamente a Eixo onde existem muitas coisas a preservar tanto mais que é uma das freguesias mais antigas do concelho.

O Vogal Rogério Leitão salientou que, sendo a função do GTL preservar as estruturas antigas, poderia eventualmente inserir na sua acção a elaboração da revisão do roteiro da cidade com a organização e orientação dos itinerários turísticos pelo concelho, tendo o Presidente da Câmara esclarecido que não cabe tal tarefa no âmbito da acção do Gabinete e que terá que se procurar criar um pequeno serviço mais ligado à cultura para a execução do roteiro, ideia inteiramente e de imediato apoiada pelo Vogal Rogério Leitão.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal Rocha Andrade para salientar que Eixo é das localidades do Município de Aveiro que porventura mereça tanto ou mais atenção que a cidade na medida em que tem uma traça típica e muito rara sobretudo nas zonas da beira-mar. Logo, entende que Eixo merece ser extremamente preservada a par da freguesia de Esgueira que, segundo opiniões de técnicos, é a zona da área urbana de Aveiro que mantém a traça mais típica e autêntica.

De imediato, o Presidente da Câmara esclareceu que Esgueira está inserida num Plano de preservação mas não sob a responsabilidade do GTL por impedimento legal mas por outro gabinete dado que a zona de intervenção do GTL é definida por Portaria, tendo a Câmara apresentado proposta junto da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico no sentido daquele Gabinete estender a sua acção à freguesia de Eixo, mas acontece que no momento a existência daqueles Gabinetes está comprometida, facto que levou à redução de verbas para a sua manutenção, constando inclusivamente que poderão vir a ser extintos.

De seguida, submeteu-se à votação o Objectivo 11-Plano GTL, tendo merecido aprovação por unanimidade.



*Alf. Alves*

O Vogal Carlos Jerónimo fez a seguinte declaração de voto:  
" A minha declaração era fundamentalmente no sentido de que a Câmara Municipal, atendendo ao facto de os Planos de Actividades não poderem ser alterados pela Assembleia Municipal, apenas são aprovados ou rejeitados, tivessem em conta todas as sugestões, e muitas foram e com certeza que muitas delas muito válidas, apresentadas pelos vários elementos desta Assembleia. No seguimento da sugestão que aqui formulo queria deixar de novo, também, a sugestão já formulada em princípios deste ano, para que a Câmara Municipal proporcione aos membros da Assembleia Municipal uma visita ao concelho, naturalmente planificada pela Câmara, para assim poderem aprofundar os seus conhecimentos sobre a realidade do concelho e melhor poderem participar e contribuir para a gestão autárquica "

O Presidente da Câmara, em tempo de declarações, tomou a palavra para, em nome da Câmara, felicitar a Assembleia pois, contrariamente ao que se verificava nos anos atrasados, teve uma participação maior mais directa e mais profunda na apreciação do Plano de Actividades, tendo acrescentado que as críticas e sugestões apresentadas serão naturalmente bem recebidas.

PONTO Nº 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA DE ORCAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1987.

RECEITA

Tomando a palavra, o Director dos Serviços Administrativos, Sr. Alfredo José Alves Rodrigues teceu algumas considerações sobre a natureza do documento em análise dando nota de que ele não é mais do que um mapa de previsão. Realçou contudo que o imposto de sisa consta pela primeira vez como receita do municipio cobrada através da Repartição de Finanças. Destacou portanto que as verbas foram inscritas umas por cálculo outras <sup>por</sup> informação prestada pelas entidades donde provêm variadas receitas da Câmara.

Após prolongada troca de impressões em que intervieram alguns membros da Assembleia, procedeu-se à votação do Capítulo da Receita que mereceu aprovação por unanimidade.

DESPESA

De igual modo, o Director dos Serviços Administrativos procedeu à informação sintética do Capítulo da Despesa, após o que se seguiu troca de impressões sobre diversas situações, nomeadamente sobre as despesas geradas pela nova reorganização dos Serviços da Câmara bem como sobre as verbas a atribuir às Juntas de Freguesia.

Passando-se à votação foi aquele Capítulo aprovado por unanimidade.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 2.00 horas do dia 31 de Dezembro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

*Francisco*  
*[Signature]*